

EGON GOTTSCHALK

# FORÇA MAIOR

Como motivo determinante da rescisão  
do contrato individual do trabalho

T. R. T. 3.ª Região  
BIBLIOTECA



1941

EDITORES: LIVRARIA ACADEMICA — Largo do Ouvidor, 28  
SARAIVA & CIA. — S. PAULO

## ÍNDICE

---

	Págs.
Apresentação . . . . .	5
I — A Legislação Vigente e o Problema . . . . .	7
1 — Os textos legais referentes ao principio da força maior.	
2 — A applicação do artigo 4.º da Lei N. 62 e os §§ 1.º e 2.º do artigo 5.º, letra “j” da mesma lei — o caso de Zerrenner Bülow & Cia.	
II — O Conceito da Força Maior antes da Lei N. 62 . . . . .	12
3 — <b>Inevitabilidade</b> e não <b>imprevisibilidade</b> — Carvalho de Mendonça — Clovis Bevilacqua — Lacerda de Almeida.	
4 — Clausula rebus sic stantibus — teoria da im- previsão.	
5 — Imprevisibilidade na jurisprudencia.	
6 — Sinonimia entre caso fortuito e força maior — sistematização dos casos de força maior (Baptista de Mello).	
7 — Conceito da força maior (Eduardo Espinola; Virgilio de Sá Pereira).	
8 — Doutrina da <b>impossibilidade</b> .	
III — Força Maior na Lei N. 62 . . . . .	20
9 — Impossibilidade objetiva e subjetiva — Os §§ 1 e 2 do artigo 5.º, letra “j” da Lei N. 62.	
IV — O Conceito da Força Maior em face do Art. 137, letra “f” da Constituição de 10 de Novem- bro de 1937 . . . . .	23
10 — Auto-aplicabilidade do preceito constitucional.	
11 — Teoria da <b>responsabilidade objetiva</b> (Oli- veira Vianna).	
12 — O principio da <b>iniciativa individual</b> como nor- ma constitucional.	
13 — Iniciativa individual e risco economico.	
V — <b>Teoria do Risco</b> . . . . .	34
14 — A jurisprudência do Supremo Tribunal de Trabalho do Reich (Alemanha) e os princi- pios gerais, estabelecidos por este para a distribuição dos riscos entre empregador e empregados.	

15 —	A doutrina do risco e os tratadistas alemães.	
16 —	Paralisação total ou parcial da empresa na legislação alemã e o direito de recindir o contrato individual de trabalho — Despedida singular e despedida coletiva.	
VI —	Força Maior no Direito de Trabalho Italiano. — A Vigencia da Norma . . . . .	44
17 —	Diferença conceitual e especifica entre a norma do artigo 137, letra "f" da Carta Constitucional, de 1937 e a Declaração XVII da "Carta del Lavoro" — Natureza juridica do direito à indenisação por ancianidade no direito italiano.	
18 —	O principio da força maior aplicado aos casos de indenisação por ancianidade.	
19 —	O direito à indenisação por despedida injusta na lei brasileira como <b>responsabilidade social</b> .	
	B) Alcance da Norma . . . . .	50
20 —	Conceito e casos tipicos da força maior.	
21 —	Dificuldades economicas e financeiras.	
VII —	Força Maior no Direito do Trabalho de outros Países . . . . .	54
22 —	Argentina — 23. Portugal — 24. Polonia — 25. Rumania — 26. Grecia — 27. Venezuela — 28. Chile — 29. Espanha — 30. Belgica.	
31 —	França: doutrina da responsabilidade objetiva ou do risco de Henri Capitant.	
32 —	Fechamento de empresa e crise economica.	
VIII —	De lege ferenda . . . . .	63
33 —	Intangibilidade do principio liberatorio e resolutivo da força maior.	
34 —	Equiparação de determinadas situações economicas ao caso tipico de força maior.	
35 —	Sugestões para a reforma da lei N. 62 na parte relativa à força maior.	
36 —	Direito de preferencia — cessação e suspensão das relações de trabalho.	
37 —	Função economica e juridica do seguro contra incendio e do seguro social.	
38 —	Direito de preferencia como inexistente em virtude do efeito liberatorio e resolutivo da força maior.	
Anexo:	Documentos concernentes à Força Maior.	
I)	A Lei N. 62, de 5 de Junho de 1935 . . . . .	77
II)	Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937, Da Ordem Economica (arts. 135 a 155) . . . . .	83
III)	Despacho do Snr. Ministro do Trabalho no processo n.º 10.473-38 . . . . .	89
IV)	Despacho do Snr. Ministro do Trabalho no processo MTC — 13.319-38 . . . . .	94
V)	Parecer do Consultor Geral da Republica . . . . .	95
VI)	O problema da força maior, exposto na sessão solene, em 1.º de dezembro de 1939, em honra ao	

	Págs.
Exmo. Snr. Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na Federação das Industrias do Estado de São Paulo . . . . .	101
VII) Despacho do Snr. Ministro do Trabalho, de 25 de Outubro de 1939, no processo MTIC 5.889-939 . . . . .	112
VIII) Despacho do Snr. Ministro do Trabalho, de 26 de outubro de 1940, no processo MTIC 10.352-940 . . . . .	114
IX) Acordão do Tribunal de Apelação da Baía, agravo n. 4.085, de 26 de março de 1940, com votos vencidos . . . . .	115
X) Bibliografia. . . . .	137